

# MODERNIDADE E REFLEXIVIDADE

## Anthony Giddens e a interpretação do mundo contemporâneo.

**Fabício Roberto Costa Oliveira**

Doutorando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ

**Arnaldo José Zangelmi**

Doutorando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ

### RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir as mais importantes concepções de Anthony Giddens a respeito da modernidade. Partiremos de sua concepção de modernidade de forma geral e investiremos em particular na interpretação que ele dá à reflexividade, que tem sido um conceito de importância central nos debates das ciências sociais. Neste texto exploramos uma compreensão mais abrangente das sociedades contemporâneas, bem como dos debates teóricos das ciências sociais.

**PALAVRAS – CHAVE:** Anthony Giddens; Modernidade; Reflexividade; Teoria Social; Sociedade Contemporânea

### ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the most important Anthony Giddens conceptions on modernity. We'll start from his conception about modernity more generally and invest particularly in his interpretation about reflexivity, which has been an important concept in the social sciences discussions. This article enable us a more comprehensive understanding of contemporary societies, as well as of the theoretical debates of social sciences.

**KEYWORDS:** Anthony Giddens; Modernity; Reflexivity; Social Theory, Contemporary Society

**Área Temática:** Teoria Sociológica

## Introdução

*"Como tantas coisas na vida, isso se deu por acaso. As grandes decisões se tomam quase sem pensar, ao passo que os pequenos dilemas nos torturam"* (Anthony Giddens). Essa resposta foi dada por Anthony Giddens a Christopher Pierson quando este último o perguntou a respeito do início de sua carreira acadêmica. Para mais detalhes ver Giddens e Pierson (2000).

A ideia de modernidade vem sendo debatida há muito e tornou-se um eixo fundamental para a compreensão das sociedades contemporâneas, bem como do significado da emergência das ciências sociais. O sociólogo britânico Anthony Giddens é um dos mais conhecidos intérpretes da modernidade e suas ideias influenciaram enormemente vários ramos da teoria social contemporânea.

Figura importante na construção do Novo Trabalho Inglês<sup>1</sup> e das concepções da Terceira Via<sup>2</sup>, seu pensamento influenciou uma enorme variedade de contextos e temáticas, transitando pelas análises de classes à sexualidade, dos nacionalismos às identidades pessoais, etc. Alguns podem ser levados a pensar que sua obra, ao invés de abrangente e variada, é superficial. Esses críticos argumentam:

*que ele nunca fica numa posição por tempo suficiente quer para ser obrigado a definir-se, quer para estabelecer a verdade daquilo que (para eles) não passa de meras conjecturas. Mas até mesmo seus críticos mais severos dificilmente negariam que sua obra fervilha de ideias polêmicas e de sugestões instigantes. Outros preferirão simplesmente admitir e apreender com esse tour de force intelectual* (PIERSON, 2000: 8).

Na interpretação da modernidade, a ideia de *reflexividade* é um dos conceitos centrais e tem sido debatido com grande fervor nas ciências sociais. O conceito está inserido em um importante debate entre aqueles que acreditam em uma maior liberdade individual e coadunam da ideia de que os indivíduos e instituições são em grande parte reflexivos em suas ações e aqueles que investem na ideia de um maior poder coercitivo das estruturas sociais.

Neste texto, vamos questionar os limites e potencialidades das concepções teóricas de Anthony Giddens para explicar os processos sociais da modernidade. Assim, questionaremos: como ele se posiciona em relação à premissa de que vivemos na pós-modernidade? Quais as principais características que Giddens atribui à modernidade? Qual a relação entre a modernidade e o conceito de modernidade? Quais as relações entre modernidade e os conceitos de confiança e risco?

Na primeira parte do trabalho vamos expor algumas das principais características que Giddens atribui à modernidade e mostrar a ideia defendida

### Quadro 1 - O dinamismo da modernidade

*Separação de tempo e espaço:* a condição para a articulação das relações sociais ao longo de amplos intervalos de espaço-tempo, incluindo sistemas globais.

*Mecanismos de desencaixe:* consistem em fichas simbólicas e sistemas especializados (em conjunto = sistemas abstratos). Mecanismos de desencaixe separam a interação das particularidades do lugar.

*Reflexividade institucional:* o uso regularizado de conhecimento sobre as circunstâncias da vida social como elemento constitutivo de sua organização e transformação.

Fonte: Giddens (2002:26).

pelo autor de que vivemos atualmente a radicalização e a expansão da modernidade. Em seguida, apresentaremos um debate a respeito da *reflexividade*, em que Giddens desenvolve a ideia de que os indivíduos são mais reflexivos e cômicos de suas ações do que muitos teóricos tinham pensado até então. No tópico seguinte esclareceremos algumas nuances acerca da reflexão sobre confiança e risco e suas implicações para o conceito de modernidade. Apresentaremos também algumas concepções críticas às teorias de Giddens como as elaboradas por Alexander (1987, 1995), Domingues (2002), Lash (1997) e que por vezes propõem ajustamentos às concepções a respeito das sociedades contemporâneas. Por último, faremos as considerações finais, buscando sistematizar as análises realizadas, fazendo um balanço sobre as potencialidades e os limites da obra de Giddens.

## Reflexões sobre a modernidade em Anthony Giddens

Giddens dedicou muito de sua energia intelectual às reflexões a respeito da modernidade e de seus desdobramentos para a vida social. O autor a define numa primeira instância como:

*um estilo, costume de vida, ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência"* (GIDDENS, 1991:11).

Ele próprio admite que esta definição, apesar de localizar geográfica e temporalmente a modernidade, deixa suas principais características ainda bastante obscuras (GIDDENS, 1991:11). Desta forma, o que vamos fazer é buscar tornar sua noção de modernidade mais inteligível.

Para isso, iniciaremos por uma ideia fundamental para Giddens, que está, explícita ou implicitamente, presente em todos os seus escritos: a ideia de que a modernidade nos distanciou muito dos tipos tradicionais de ordenamento social antecedentes. Para ele:

*tanto em sua extensibilidade quanto em sua intencionalidade, as transformações na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças característicos dos períodos precedentes"* (GIDDENS, 1991:14).

Sobre algumas características do dinamismo da modernidade, Giddens sistematiza alguns de seus elementos fundamentais, conforme o Quadro 1.

Em extensão, as características da modernidade cobrem o globo e, em termos intencionais, elas alteraram algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. As interações sociais passam a independer do local físico em função de novas tecnologias, alguns símbolos, como moedas passam a ser universais e o conhecimento passa a ser elemento constitutivo da organização social.

Nesta perspectiva, o autor ressalta que poucas são as pessoas que continuam “[...] sem consciência [...] de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por acontecimentos ou organismos distantes” (Giddens, 1997:47). Por outro lado, Giddens (1997: 74) não deixa de ressaltar que “[...] hoje em dia, as ações cotidianas de um indivíduo produzem consequências globais” (Giddens, 1991, 1997 e 2002). Assim, acredita que “[...] estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (GIDDENS, 1991:13).

Neste sentido, Giddens cita três características principais que diferenciam a modernidade de todos os períodos predecessores. Primeira, a de que o ritmo de mudança é mais extremo na modernidade do que em qualquer outro contexto pré-moderno. Segunda, é o escopo da mudança, pois “ondas de transformação penetram toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1991:16) e, a terceira característica é a natureza intrínseca das instituições modernas, pois algumas formas sociais modernas não se encontram em períodos históricos precedentes, como exemplo “o sistema político do estado-nação, a dependência da produção de fontes de energia inanimadas, ou a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado” (GIDDENS, 1991: 16).

Afirma ainda que “a grande experiência da modernidade repleta de perigos globais, não é de maneira alguma o que os pais do Iluminismo tinham em mente quando falaram da importância de contestar a tradição” (GIDDENS, 1997: 76). Além de trabalhar conceitos a respeito daquilo que entende como sendo modernidade, não deixa de explicitar seu otimismo em relação ao período histórico compreendido por ela. Deste modo, afirma que:

*o desenvolvimento das instituições modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer outro tipo de sistema pré-moderno”* (GIDDENS, 1991: 16).

O autor procura deixar claro que o desenvolvimento das instituições modernas e os novos modos de vidas têm também um lado “sombrio” e preocupante. Neste sentido, cita como exemplo as preocupações com os problemas ecológicos e os governos

totalitários, que combinam “[...] poder político, militar e ideológico de forma mais concentrada [...]” fato jamais visto antes da “[...] emergência dos estados-nação modernos” (GIDDENS, 1991: 18).

Segundo Giddens, entretanto, não se deve, em função de todos os problemas advindos com a modernidade, acreditar que estaríamos vivendo outro período que não o moderno. Neste sentido, o autor mostra evidente desconforto com a argumentação de que estaríamos no limiar de uma “nova era”, que estaria para “além” da modernidade. Daniel Bell (1973) se refere a este “além” como sendo uma sociedade pós-industrial. Lyotard (1990), Bauman (1998) e Harvey (1992), embora com enfoques diferentes, se referem a este contexto como sendo pós-moderno. Já Lipovetsky e Charles (2004) consideram o período atual como hipermoderno.

A respeito desta polêmica, que envolve um número muito maior de autores e caracterizações do período contemporâneo, Giddens reconhece e coaduna da ideia de que estamos num universo que não compreendemos plenamente e que está fora de nosso controle, pois as mudanças ocorridas a partir do século XVII foram tão abrangentes em seus impactos e que “[...] dispomos apenas de ajuda limitada de [...] conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las” (1991: 14).

Apesar de admitir a complexidade do tempo presente, Giddens discorda fortemente de que a modernidade tenha sido superada. Desta forma, afirma que não é necessária a criação de novos termos e propõe olhamos:

*para a natureza da própria modernidade a qual, por certas razões bem específicas, tem sido insuficientemente abrangida, até agora, pelas ciências sociais”* (GIDDENS, 1991: 12).

O autor acredita ser mais razoável enxergar os processos de transformações da contemporaneidade como o processo de amadurecimento da modernidade. Nesta perspectiva, enfatiza que para entendermos melhor o que está acontecendo é insuficiente inventar novos nomes, pois não estaríamos entrando num outro período histórico, mas vivenciando um período no qual “[...] as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (GIDDENS, 1991: 13). E, ao “[...] invés destes desenvolvimentos nos levarem para ‘além da modernidade’”, estariam, na verdade, “[...] nos proporcionam uma compreensão mais plena da reflexividade inerente à própria modernidade” (GIDDENS, 1991: 55). Segundo o autor, não estamos nos deslocando para além da modernidade, mas sim vivendo a fase de sua maior radicalização (GIDDENS, 1991: 57), conforme podemos notar pela síntese do Quadro 2.

**Quadro 2 - Uma Comparação das Concepções de "Pós-Modernidade" (PM) e "Modernidade Radicalizada" (MR)**

Pós-Modernidade	Modernidade Radicalizada
1. Entende a transição corrente em termos epistemológicos ou como decompondo totalmente a epistemologia.	1. Identifica os desenvolvimentos institucionais que criam um sentido de fragmentação e dispersão.
2. Enfoca as tendências centrífugas das transformações sociais correntes e de seu caráter de deslocamento.	2. Vê a alta modernidade como um conjunto de circunstâncias em que a dispersão está dialeticamente vinculada a tendências profundas para uma integração global.
3. Vê o eu como dissolvido ou desmembrado pela fragmentação da experiência.	3. Vê o eu como mais do que, apenas, um lugar de forças entrecruzadas; a modernidade possibilita processos ativos de auto-identidade.
4. Afirma a contextualidade das reivindicações de verdade ou as vê como "históricas".	4. Afirma que as características universais das reivindicações de verdade se impõem a nós de uma maneira irresistível dada a primazia dos problemas de um tipo global. O conhecimento sistemático sobre estes desenvolvimentos não é impedido pela reflexividade da modernidade.
5. Teoriza a falta de poder que os indivíduos sentem em face das tendências globalizantes.	5. Analisa uma dialética da falta e da posse de poder em termos tanto da vivência como da ação.
6. Vê o "esvaziamento" da vida cotidiana como resultado da introdução dos sistemas abstratos.	6. Vê a vida cotidiana como um complexo ativo de reações aos sistemas abstratos, envolvendo tanto apropriação como perda.
7. Vê o engajamento político coordenado, impossibilitado pela primazia da contextualidade e dispersão.	7. Vê o engajamento político coordenado como possível e necessário, num nível global bem como localmente.
8. Define a pós-modernidade como o fim da epistemologia/do indivíduo/ da ética	8. Define a pós-modernidade como transformações possíveis para "além" das instituições da modernidade

Fonte: (Giddens, 1991: 150).

Como se percebe no Quadro 2, uma implicação clara das diferentes perspectivas (pós-moderna e modernidade radicalizada) é a diferente forma de compreender a identidade pessoal. Enquanto a perspectiva pós-moderna caracteriza o "eu" como "dissolvido" - passivo diante de um processo de fragmentação inexorável - a perspectiva de Giddens situa o "eu" como ator fundamental nesse processo, responsável pela construção ativa de sua identidade.

Diferenças desse gênero são expressas também em relação ao conhecimento sistematizado, vida cotidiana, engajamento político, etc., o que indica o esforço de Giddens em demonstrar que sua perspectiva se diferencia da pós-moderna, em muitos casos sendo uma alternativa em relação aos problemas que essa perspectiva caracteriza como insolúveis. Assim, a visão de Giddens - diferentemente do desalento e/ou descompromisso pós-moderno - atribui parte significativa da responsabilidade aos atores sobre sua condição e seu futuro.

Para Giddens, temos contornos de uma ordem nova e diferente, mas estes são insuficientes para afirmarmos que a nossa civilização tenha deixado de ser moderna, pois as características da "Modernidade Radicalizada" têm uma maior correspondência com o período histórico contemporâneo. Um dos novos contornos da modernidade é a ideia de *reflexividade*, fundamental para compreendermos, de

modo geral, a teoria social de Giddens e, em particular, suas ideias a respeito do significado da modernidade para a vida social.

### Reflexividade na modernidade

De acordo com Giddens, hoje tempo e o espaço separam-se de seus antigos referenciais concretos. A atividade social se *desencaixa* dos contextos locais de presença e interação física, abrindo possibilidades de mudanças liberadas das restrições dos hábitos e práticas locais. Assim, surge na modernidade uma nova *reflexividade*, em que as pessoas constantemente examinam e reformulam as práticas sociais à luz de novas informações sobre essas práticas.

Desta forma, para Giddens, nos contextos pós-tradicionais, não temos escolha senão decidir como ser e como agir. Em outras palavras, as escolhas se tornaram obrigatórias num contexto de modernização reflexiva.

*Partindo desta perspectiva, até os vícios são escolhas: são modos de se enfrentar a multiplicidade de possibilidades que quase todos os aspectos da vida cotidiana, quando se olha da maneira adequada, oferecem" (GIDDENS, 1997: 94).*

Para Giddens há uma diferenciação entre a modernização que chama de simples e a nova, que ele chama reflexiva. A modernidade reflexiva é caracte-

rizada como de alta *reflexividade* social, em que “[...] pensamento e ação estão constantemente refratados entre si” (GIDDENS, 1991: 45). Isso é entendido como “monitoramento” reflexivo da ação, que se radicaliza e se expande para todos os aspectos da vida humana. Giddens (1989: 35) ressalta que reconhecer a importância “[...] da monitoração reflexiva da conduta na continuidade cotidiana da vida social” não quer dizer “[...] refutar o significado das fontes inconscientes de cognição e motivação”, mas estar atento “[...] à diferenciação que separa ‘consciente’ de ‘inconsciente’”. Nas próprias palavras de Giddens,

*A reflexividade tem dois sentidos: um que é bastante amplo e outro que diz respeito mais diretamente à moderna vida social. Todo ser humano é reflexivo no sentido de que pensar a respeito do que se faz é parte integrante do ato de fazer, seja conscientemente ou no plano da consciência prática. A reflexividade social se refere a um mundo que é cada vez mais constituído de informação, e não de modos preestabelecidos de conduta. É como vivemos depois que nos afastamos da tradição e da natureza, por termos que tomar tantas decisões prospectivas. Nesse sentido, vivemos de modo muito mais reflexivo do que as gerações passadas. [...] A radicalização da modernidade significa ser obrigado a viver de modo mais reflexivo, enfrentando um futuro mais incerto e problemático (GIDDENS, 2000:87).*

Giddens considera que, nesse “revisonismo” e reordenação reflexiva das relações sociais, é cada vez mais crescente a importância e influência do conhecimento acadêmico das ciências sociais na vida cotidiana dos mais diferentes atores. Para o autor, as ciências sociais estão mais presentes na modernidade do que as ciências naturais, visto que “[...] a revisão crônica das práticas sociais à luz do conhecimento sobre estas práticas [...]” faz parte e integra “[...] o próprio tecido das instituições modernas” (1991: 46).

Assim, para Giddens, a modernidade é eminentemente sociológica e une sujeito e objeto de conhecimento. Dessa forma, investe na ideia de que o desenvolvimento do conhecimento sociológico

*[...] é parasítico dos conceitos dos leigos agentes; por outro lado, noções cunhadas nas metalinguagens das ciências sociais retornam rotineiramente ao universo das ações onde foram inicialmente formuladas para descrevê-lo ou explicá-lo” (GIDDENS, 1991: 24).*

Este “trânsito” contínuo de informações, para Giddens, levaria as pessoas a usarem estatísticas e conceitos acadêmicos para suas reflexões, mudando os rumos das práticas sociais de acordo com os conhecimentos produzidos pelas ciências - inclusive o das ciências humanas e sociais, que, através dos mais diversos veículos de comunicação, chegam à população. Neste sentido, ressalta Giddens que:

*qualquer pessoa num país ocidental que decide se casar hoje em dia, por exemplo, sabe que a taxa de divórcios é alta ( e pode também, embora de maneira imperfeita ou parcial, conhecer um pouco mais sobre demografia do casamento e da família). O conhecimento da alta taxa de divórcios pode afetar a própria decisão de se casar, bem como decisões sobre considerações relacionadas - o regime de propriedades etc. A consciência dos níveis de divórcio,*

*além disso, é normalmente muito mais do que simplesmente a consciência de um fato bruto. Ele é teorizado pelo agente leigo de maneiras impregnadas pelo pensamento sociológico (GIDDENS, 1991: 49).*

Giddens acredita que “o conhecimento sociológico mantém uma relação instrumental com o mundo social com o qual se relaciona [...]” e, desta forma, “[...] tal conhecimento pode [...] intervir na vida social” (GIDDENS, 1991: 23). Assim, ações muitas vezes interpretadas como alheias aos conhecimentos sistematizados passam a ser vistas como passíveis de serem influenciadas por formas de conhecimento cada vez menos restritas ao ambiente acadêmico, veiculadas por uma variedade de meios de comunicação.

No pensamento de Giddens, “a posição de pivô da sociologia na reflexividade da modernidade vem de seu papel como o mais generalizado tipo de reflexão sobre a vida social moderna” (GIDDENS, 1991: 49), penetrando nas várias instâncias e redimensionando uma gama enorme de ações.

Dentro deste mesmo escopo de ideias, Giddens (1991: 50) ressalta que “a apropriação do conhecimento não ocorre de uma maneira homogênea”, entretanto, “[...] é com frequência diferencialmente disponível para aqueles em posição de poder” e “[...] capazes de colocá-lo a serviço de interesses seccionais”. Nesse sentido, ganha relevância as análises sobre os desequilíbrios nas possibilidades de acesso à informação e sua utilização em benefício das variadas demandas, envoltas nas disputas nos vários âmbitos da sociedade.

Argumentando a favor da *reflexividade* das instituições e dos indivíduos, Giddens está indo de encontro às teorias estruturalistas. Neste sentido, afirma que “somos seres conscientes e intencionais que, entre outras coisas, lemos sociologia e refletimos sobre suas descobertas” (GIDDENS, 2000: 63). Em convergência com essa perspectiva, expõe sua postura frente aos discursos sociais: “Dou mais importância ao que as pessoas dizem a respeito do que fazem do que a maioria dos sociólogos” (GIDDENS, 2000:64).

Nesse mesmo sentido, Giddens enfatiza alguns limites, recorrentemente questionados, entre as forças sociais e as possibilidades de ação reflexiva:

*Não nego absolutamente que haja influências sociais que afetam o nosso comportamento, mas elas só o fazem por intermédio de nossas atitudes e opiniões (...). A coação também pressupõe ação” (GIDDENS, 2000: 67).*

Dessa forma, acredita que é necessário considerar o aspecto estrutural da sociedade sem menosprezar a descentração do sujeito e chegar à equivocada conclusão de que o sujeito seja simplesmente um signo dentro de uma estrutura de significação (GIDDENS, 1989). Embora reconheça a racionalidade e intencionalidade dos indivíduos, Giddens argumenta que nem sempre as pessoas expressam suas motivações e, muitas vezes, comete-se o erro de pensar que as pessoas sejam menos conscientes

do que realmente são, porque se pressupõe que o conhecimento se limita àquilo que as pessoas são capazes de dizer sobre o que sabem. Dito de outra forma, adverte o autor que:

*o que os atores são capazes de dizer a respeito do que fazem, e porque fazem, é apenas uma pequena parte da enorme soma de conhecimento envolvida na conduta cotidiana (GIDDENS, 2000:66).*

Nesse sentido, como a compreensão não se limita aos especialistas, cada membro da sociedade pode se tornar um “teórico social prático” (GIDDENS, 1998: 291). Nesse ponto, fica claro porque Giddens, acompanhando parte do pensamento hermenêutico atual, considera necessária uma abordagem específica para as ciências humanas, diferente dos procedimentos das ciências naturais (GIDDENS, 1998: 291). Para Giddens, o sociólogo tenta compreender um mundo que já é compreendido por seus membros (GIDDENS, 2000).

Sendo assim, o “senso comum” tem diferentes significados para as ciências naturais e humanas. A sociologia tem uma “dupla hermenêutica”, como espiral, se aproximando e distanciando dos conhecimentos cotidianos. Essa é a diferença entre o sociólogo profissional e o leigo. O sociólogo vale-se das noções comuns, mas as amplia e reformula. É o exercício consciente e organizado da *reflexividade* social: “É a aplicação reflexiva do conhecimento sobre o mundo social para enfrentar o desafio de novas circunstâncias e condições no mundo social” (GIDDENS, 2000: 13), pois há sempre “reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (*inputs*) de conhecimento afetando ações de indivíduos e grupos” (GIDDENS, 1991: 25).

Nessa atual *reflexividade* da sociedade, modifica-se consideravelmente nossa relação com a tradição. Segundo Giddens, as formas de vida produzidas pela “modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não têm precedentes” (GIDDENS, 1991:14). Para o autor, na modernidade houve uma mudança substancial na sociedade já que foi neste período que “o mundo [...] superou seu passado” deixando se de sujeitar “[...] às tradições, costumes, hábitos, rotinas, expectativas e crenças que caracterizaram sua história (GIDDENS, 2000:19).

No entanto, Giddens não está dizendo que não existem mais tradições, mas sim que hoje elas se misturam entre si e são “recursos adaptáveis”, flexíveis e ‘plásticos’, num “mundo globalizado e cosmopolita de culturas e estilos de vida entrecruzados” (2000: 20). O autor ressalta que “a tradição não é inteiramente estática” devido ao fato de ser recriada “a cada uma nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes”. Giddens afirma que a tradição não apenas resiste “à mudança como pertence a um contexto no qual há [...] poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa” (2000: 44).

Neste sentido, Giddens (1997: 73) argumentada que a modernidade reconstruiu a tradição enquanto a dissolvia, e assim, o mundo moderno não implica na morte da tradição, pois situa e contextualiza tradições “como contextos alternativos de tomada de decisões e como fontes alternativas de conhecimento, valor e moralidade”. Para o autor “Se antes vivíamos em um mundo tradicional, hoje vivemos em um mundo de tradições” (GIDDENS, 2000:20). Nessa perspectiva, o passado torna-se uma influência entre outras para a ação, e os hábitos preexistentes passam a serem apenas diretrizes limitadas. Assim, o futuro, irresistivelmente interessante, se abre para numerosos “cenários”.

Hoje atingimos uma modernização “intensa, com alto grau de reflexividade social”, na qual, cada vez mais, as formas condições em que vivem os indivíduos e, cada vez mais, o resultado de suas próprias ações e, inversamente, tais “ações visam, cada vez mais, administrar ou enfrentar os riscos e oportunidades” criados pelos próprios indivíduos, pela própria sociedade (GIDDENS, 2000: 20).

A respeito da relação entre tradição e *reflexividade*, Giddens afirma que:

*a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. Temos que elucidar a natureza deste fenômeno. Todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas. (...) Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las. Mas, somente na era da modernidade, a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana, inclusive a intervenção tecnológica do mundo material (GIDDENS, 1991:45).*

Para Giddens, na sociedade tradicional, os seres humanos dependiam mais de forças exteriores, que limitavam a ação humana, como clima, estações do ano, relevo, etc. Hoje, segundo o autor, criamos nossos próprios “ambientes”. Nesse processo, por um lado, a modernidade cria riscos (ambientais, alimentares, etc.) e, por outro, oportunidades (de controle, revisão, etc.). Cada pessoa deve procurar seu caminho entre as ameaças e promessas da modernidade. Sendo assim, somos cada vez mais responsáveis pela nossa própria identidade, deslocada do “lugar” e não mais tão dependente de fatores externos, como a natureza e as tradições. Nesse sentido, vale investir na compreensão das ideias de confiança e risco, noções que, por estarem centradas nas perspectivas dos atores sociais, demonstram a proeminência e os contornos da *reflexividade* na atualidade.

### Confiança e risco

De acordo com Giddens, as noções de confiança e risco assumem formas específicas na modernidade. Ambos são meios de organizar o tempo futuro. Risco remete a “libertar-se do passado para encarar o futuro”. É a “análise ativa das contingências futuras”. A procura de construir o futuro ativamente.

Confiança é “comprometer-se futuramente com uma pessoa, grupo ou sistema” (GIDDENS, 1991: 77). Para Giddens, as modalidades de confiança nas instituições modernas “dependendo do caso, permanecem como compreensões vagas e parciais de sua ‘base de conhecimento’” (GIDDENS, 1991: 35). Ainda segundo o autor, a confiança está envolvida “[...] de uma maneira fundamental com as instituições da modernidade” Esta afirmação é feita por Giddens para se referir a utilização do dinheiro, pois é nele que se confia e “não apenas, [...], nas pessoas com as quais as transações específicas são efetuadas” (GIDDENS, 1991: 34).

Estas ideias podem parecer abstratas, mas para Giddens:

*ao estar simplesmente em casa, estou envolvido num sistema perito, ou numa série de tais sistemas, nos quais deposito minha confiança. Não tenho nenhum medo específico de subir as escadas da moradia, mesmo considerando que sei que em princípio a estrutura pode desabar. Conheço muito pouco os códigos de conhecimentos usados pelo arquiteto e pelo construtor no projeto e construção da casa, mas não obstante tenho fé no que eles fizeram (GIDDENS, 1991: 35).*

Segundo Giddens (1991), a confiança, resumidamente, pode ser entendida como uma forma de “fé”, em que a segurança se dá mais em função de um compromisso do que compreensão cognitiva. A confiança pode ser um meio de enfrentar o risco, controlar o acaso. Aceitar o risco pode ser um meio de gerar confiança. Cada vez mais pensamos em termos de risco, conforme sintetizamos no Quadro 3.

**Quadro 3 - Ambientes de Confiança e Risco nas Culturas Pré-Modernas e Modernas**

PRÉ-MODERNAS	MODERNAS
Contexto geral: importância excessiva na confiança localizada.	Contexto geral: relações de confiança em sistemas abstratos desencaixados
1. Relações de parentesco com o um dispositivo de organização para estabilizar laços sociais através do tempo-espço	1. Relações pessoais de amizade ou intimidade sexual como meios de estabilizar laços sociais
2. A comunidade local como um lugar, fornecendo um meio familiar.	2. Sistemas abstratos como meios de estabilizar relações através de extensões indefinidas de tempo-espço.
3. Cosmologias religiosas como modos de crença e práticas rituais fornecendo uma interpretação providencial da vida humana e da natureza	3. Pensamento contra-factual orientado para o futuro como um modo de conectar passado e presente.
4. Tradição como um meio de conectar presente e futuro; orientada para o passado em tempo reversível.	
1. Ameaças e perigos emanando da natureza, como a prevalência de doenças infecciosas, insegurança climática, inundações ou outros desastres naturais.	1. Ameaças e perigos emanando da reflexividade da modernidade.
2. A ameaça de violência humana por parte de exércitos pilhadores, senhores da guerra locais, bandidos ou salteadores.	2. A ameaça de violência humana a partir da industrialização da guerra.
3. Risco de uma perda da graça religiosa ou de influência mágica maligna.	3. A ameaça de falta de sentido pessoal derivada da reflexividade da modernidade enquanto aplicada ao eu.

Fonte: (Giddens, 1991:92).

O Quadro 3 revela amplas transformações na forma com que as pessoas se relacionam umas com as outras e com a sociedade de forma mais ampla. Um dos motivos destas transformações é a diminuição da influência da tradição, pois sair da tradição, do futuro como destino, é decidir com base no risco. O risco passa a ser, hoje, critério fundamental para as decisões, pois:

*quanto mais as atividade se estruturam em função dos fatos passados, mais as pessoas tendem a pensar em termos de destino. Quanto mais decidimos ativamente sobre os eventos futuros, mais passamos a pensar em termos de risco, estejamos cientes disso ou não. O mesmo vale para a nossa relação com a natureza, a qual é cada vez mais afetada pela intervenção humana. No passado, a tradição e a natureza eram como que cenários estruturantes da ação. Quanto mais as coisas vão-se tornando não-naturais e não-tradicionais, mais decisões têm que ser tomadas a seu respeito – por alguém, não necessariamente os mais diretamente interessados (GIDDENS, 2000: 78)*

No entanto, é necessário saber que risco é diferente de perigo, que existia grandemente na Idade Média, por exemplo. Porém, não se pensava em termos de risco, mas sim em termos de destino, “de boa ou má fortuna concedida por Deus”. O mundo atual, segundo Giddens, não é mais arriscado do que antes e “Foi a noção de risco que se tornou mais essencial, assim como a de confiança [...]” por cauda da “existência de sistemas fiduciários mais dinâmicos” (GIDDENS, 2000: 79). Hoje vivemos em uma “sociedade de risco” e risco pressupõe a tentativa de controle, fazer opções em um quadro de perspectivas, na busca por segurança.

Também há diferenças entre o risco externo, previsível pela repetitividade de acontecimentos, e outro mais recente, o risco fabricado. Esse último é dado pelo próprio progresso da ciência, vem da

própria ação da razão, da tentativa de controle. Para esse, temos poucos dados em acontecimentos para fazer previsões, pois a ciência elimina incertezas na mesma medida que cria outras dúvidas, novos riscos.

Conforme mais avançamos na “sociedade de risco”, “obrigamo-nos a rever maneiras de agir consideradas evidentes”. O futuro “torna-se cada vez mais absorvente, porém, ao mesmo tempo, opaco” e temos com o ele “poucas ligações diretas, somente uma pluralidade de cenários” (GIDDENS, 2000:143).

Giddens (2000: 143), com base em estudo recente, cita como exemplo de risco fabricado, a propagação de alguns produtos químicos (principalmente sintéticos e pesticidas) que podem tirar a fertilidade humana e extinguir a nossa civilização. Estudos como este, mostram a diminuição, nos últimos 50 anos, da contagem média de espermatozoides no organismo dos homens. Outros cientistas, muitas vezes patrocinados pelas indústrias que fabricam esses produtos, julgam que os danos são insignificantes e ocorrem naturalmente.

Para Giddens, entre o alarmismo e a dissimulação, apenas o diálogo público pode resolver esses impasses. Nesse sentido, é preciso levar e institucionalizar esses “riscos fabricados” para o âmbito público, para que façamos nossas opções, intervindo reflexivamente. Cabe aos políticos, ao Estado e à sociedade incluir as várias perspectivas científicas dentro do jogo político, institucionalizá-las, para que possamos participar desse diálogo e controlar o progresso tecnológico. Ou seja, devemos criar um diálogo público sobre os rumos tecnológicos e científicos.

Nesse sentido, a necessidade de refletir e optar coletivamente sobre os riscos, também deve ser colocada em relação ao mercado, o que caracteriza parte da perspectiva política de Giddens, ligada ao novo trabalhismo inglês. O autor salienta que a esquerda hoje acredita que o Estado deve promover a igualdade, contra a sociedade de mercado. A direita não combate a desigualdade e não acredita na intervenção estatal nesse sentido, preferindo o foco na geração de riqueza e na livre fluência do mercado. Giddens, por sua vez, acredita em uma sociedade em que se concilia geração de riqueza com controle da desigualdade (GIDDENS, 2000).

Assim, não podemos deixar de tentar influenciar nosso futuro, apesar das limitações do pensamento iluminista. Giddens, como Polanyi (2000), não acredita na auto-regulação do mercado, base do pensamento liberal. Segundo o autor, devemos tentar ampliar nossa tentativa de diminuir sua instabilidade. É parte dos “riscos” modernos que criamos e convivemos. Para tanto, ele considera que existem medidas que podem desencorajar as especulações financeiras sem perder o fluxo de investimentos de longo prazo.

A confiança de Giddens nessas tentativas advém de sua perspectiva de que na modernização reflexiva – diferente da linearidade da modernização simples que alguns pretendem – temos um espaço para

lidar com contradições e limitações da ordem moderna. Isso é o “pós-moderno”, sem ruptura, para Giddens. Para ajudar neste debate vamos expor resumidamente como Giddens diferencia modernização simples de modernização reflexiva. Ele entende que “modernização simples é a modernização à maneira antiga, unilinear; já a modernização reflexiva implica lidar com as limitações e contradições da ordem moderna (Giddens e Pierson, 2000: 146).

Hoje nossa relação com a ciência e a tecnologia é mais dialógica, cotidiana e questionadora. Hoje refletimos até sobre os limites de nossas reflexões e nossas certezas. Por dois séculos após a revolução industrial, a ciência, dominada somente pelos especialistas, era inquestionável. Hoje, ela não é mais tão externa à vida das pessoas, a sociedade dialoga com a ciência. Os cientistas divergem e nós temos que refletir, entender e fazer opções (como o que comer, por exemplo). Não aceitamos mais unilateralmente a ciência.

Giddens (2000) também salienta a atual “democratização das emoções”, na qual, apesar de haver relações de poder, os relacionamentos são mais direcionados para a negociação e para a livre troca, do que para as expectativas, papéis e normas tradicionais. Sem a autoridade absoluta da tradição, abre-se espaço para o diálogo, o consenso, a autonomia e a igualdade. A tendência na modernidade é “para relacionamentos baseados muito mais na comunicação afetiva do que em papéis sexuais institucionalmente estabelecidos” (GIDDENS, 2000: 93). Nesse sentido, o papel da mulher se modifica, pois “o caminho para a modernização reflexiva passa necessariamente por uma ampla democracia sexual com todas as oportunidades e também problemas que isso acarreta” (GIDDENS, 2000: 135).

Para Giddens, tais mudanças na esfera privada influenciam a esfera pública da organização social. É a busca da democracia em ambas e pelo alto grau de *reflexividade* da modernidade. Nela, temos a crescente autonomia moral frente às expectativas da sociedade, a livre opção de como levar a vida sem o peso total das tradições. Assim, abre-se espaço para a exploração e a experimentação pessoal. Nesse contexto, tanto no âmbito privado como no público, o diálogo é cada vez mais relevante. Temos, assim, também, uma política mais “gerativa”, como, por exemplo, nos movimentos sociais e na ação para o consenso político, trazendo o que Giddens (2000) denomina de “engajamento político positivo” e “política-vida” (Giddens, 2002).

Giddens, com base nessas caracterizações, defende que há uma nova identidade para o “eu” na modernidade, passível de monitoramento e revisões. O “eu torna-se um projeto reflexivo”, baseando-se em “identidade auto-construída”, individual e coletivamente. Para ele, o “eu” não é entidade passiva determinada por influências sociais externas; porque ao tramar suas auto-identidades, independente de que contextos específicos da ação sejam tão locais, “os indivíduos contribuem para (e pro-

movem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações” (2002: 9).

O Quadro 4 demonstra como, nessa nova situação, o “eu” se depara com frequentes dilemas, ou seja, possibilidades de ação diante de vários cená-

#### Quadro 4 - Dilemas do eu.

*Unificação versus fragmentação:* o projeto reflexivo do eu incorpora numerosos acontecimentos contextuais e formas de experiência através da mídia, através dos quais deve estabelecer uma rota.

*Impotência versus apropriação:* as opções de estilo de vida tornadas disponíveis pela modernidade oferecem muitas oportunidades de apropriação, mas também geram sensações de impotência.

*Autoridade versus incerteza:* em circunstâncias em que não há autoridade definitiva, o projeto reflexivo do eu deve encontrar seu rumo entre a lealdade e a incerteza.

*Experiência personalizada versus mercantilizada:* a narrativa do eu deve ser construída em circunstâncias em que a apropriação pessoal é afetada por influências padronizadas sobre o consumo.

Fonte: (Giddens, 2002: 186)

A exiguidade de dilemas - situação típica tanto das sociedades tradicionais, que forneciam “guias” inquestionáveis para as ações, quanto da arrogância racionalista de alguns momentos da modernidade, nos quais o progresso era tido como inexorável - na *modernidade tardia* perde espaço para uma atmosfera problematizadora, questionadora, que a cada momento coloca desafios à reflexividade dos sujeitos.

Neste sentido, uma interpretação que pode ser feita a respeito da construção da identidade é a ideia de que “nesse mundo, todos têm que procurar conformar-se com o paradoxo moderno empreendendo um ‘projeto reflexivo’ individual”, em outras palavras, “cada um deve buscar seu próprio caminho entre as ameaças e promessas da sociedade moderna” (O’Brien, 2000: 22).

#### Observações Críticas

Não obstante a visibilidade e potencial explicativo da teoria de Giddens, não foram poucas as críticas que este tem recebido no campo das ciências sociais. A seguir, apresentaremos algumas dessas críticas para, assim, apresentar alguns limites explicativos dos conceitos apresentados por Giddens.

Alexander (1987), importante interprete de Giddens, afirma que os primeiros trabalhos deste autor caracterizavam-se por uma continuação de teorias de tendências estruturalistas e neomarxistas. Mas, no decorrer de sua trajetória intelectual tais premissas foram revistas e Giddens passa a insistir na necessidade de uma teoria complementar da ação.

*construindo a partir da insistência fenomenológica sobre a natureza reflexiva da atividade humana, ele desenvolve uma teoria da ‘estruturação’ cujo objetivo é entretecer a contingência, a estrutura material e regras normativas (ALEXANDER, 1987:23).*

rios, buscando, a cada momento, fazer opções, definir rumos. Essas apropriações do “eu” são desconfortáveis, instáveis, angustiantes, pois são desprovidas da sensação de pleno controle sobre seus resultados.

Mas, para Alexander (1987), Giddens, influenciado pela microsociologia, concebe o ator de modo excessivamente reflexivo. Assim, Alexander (1987) acredita que ele “exagerou” tanto ao subestimar as estruturas sociais quanto ao superestimar a reflexividade dos indivíduos.

Em texto escrito em 1995, Alexander leva adiante as críticas a Giddens, afirmando que as transformações recentes que ele teria interpretado, como sem precedente histórico, no seu polêmico texto “A vida em uma sociedade pós-tradicional”, é apenas a própria modernidade, como sempre foi. Neste sentido, argumenta que Giddens acabaria cometendo os mesmos erros dos primeiros teóricos da modernização, ao investir na adjetivação da modernidade como sendo “alta”, “tardia” e “reflexiva”, colocando a modernidade em posição binária.

Segundo Alexander (1995), os maiores equívocos de Giddens estaria nos argumentos desenvolvidos no texto “A vida em uma sociedade pós-tradicional”, citado acima, em que o autor teria insistido numa divisão binária entre vida “tradicional e vida moderna” (p.44). Nas próprias palavras de Alexander,

*o que Giddens realmente faz, entretanto, é historicizar o presente invocando as alternativas da modernização de uma maneira até mesmo arbitrária (...). Finalmente, a versão de neomodernismo de Giddens é empobrecida com um senso moral e ideológico” (1987: 45).*

Para Domingues (2002), que foca sua crítica quanto ao conceito de *reflexividade*, a obra de Giddens advém de um legado racionalista estreito e não tematizado.

*essa perspectiva acaba por limitar o enorme alcance que esse conceito pode ter para a teoria social contemporânea, inclusive nas coordenadas de outros desenvolvimentos da modernidade, para além de seu eixo ocidental” (DOMINGUES, 2002: 55).*

Domingues (2002: 57) vai adiante afirmando que Giddens e Beck, “utilizam o conceito “[...] de reflexividade de forma frouxa” e “[...] extremamente próxima e dependente daquela que conformou o núcleo fundamental da tradição ocidental”. Toda esta crítica ao caráter racionalizante da reflexividade, faz sentido para Domingues (2002:63), pois:

*apenas em certas situações a reflexividade deixaria seu caráter prático para assumir um aspecto racionalizante, assumindo caráter discursivo ou não, ao passo que se exercita imagística e acusticamente no inconsciente, isto é, em absoluto sem a linguagem. E somente em condições extremas a reflexividade racionalizante poderia inclusive assumir uma postura que configura claramente uma relação entre sujeito e objeto, não obstante as ideologias racionalistas das quais Beck e Giddens se fazem continuadores.*

Domingues insatisfeito com os conceitos de *reflexividade* colocados até então, dando enfoque ao proposto por Giddens, propõe que a *reflexividade* seja vista em três esferas: a cognitiva, a moral e a estética. Dessa forma, acredita ter avançado em relação à forma colocada por Giddens que seria:

*um tanto ambígua, mas creio evidente e tributária da fenomenologia, ao opor ‘monitoramento’ prático simples e na verdade mal definido à ‘dúvida radical’ (aparente da consciência discursiva) e, ainda mais vagamente, em Beck, ao falar da modernidade reflexiva (DOMINGUES, 2002: 64).*

A ideia de tradição de Giddens também é duramente criticada, pois seria definida pelo autor, como anti-reflexiva, ao contrário da tradição moderna apresentada como reflexiva. Esta concepção implicaria em um “racionalismo que a tudo permeia, a despeito das consequências não intencionais e incontroladas que se multiplicam hoje” (DOMINGUES, 2002:64). Segundo Domingues é possível pensar em tradições muito variadas que não podem ser classificadas como “subsumidas pela ideia modernista de ‘tradição’ no singular” (2002: 64).

Para Santos (2000), a premissa da reflexividade não implica numa eliminação da tradição, e neste sentido seria de suma importância pensar a coexistência entre formas tradicionais e modernas. Santos lança ainda um pergunta instigante para ressaltar o que pensa a respeito da oposição entre tradição e modernidade:

*até que ponto é factível afirmar que as formas tradicionais de ser e pensar, em que observamos a prevalência de autoridades locais e relações interpessoais, foram totalmente substituídas pela reflexividade moderna? (2000:90).*

Santos (2000) faz referência a obra de Canclini (1992) para fortalecer seus argumentos, afirmando que este demonstra como práticas tradicionais coexistem com outras, consideradas modernas e reflexivas.

Essas últimas críticas caminham juntas com a ideia de Alexander (1995), de que Giddens teria investido demasiadamente em divisões binárias no seu entendimento de modernidade. No sentido de

fortalecer essa argumentação, podemos citar Domingues (2002), ao afirmar e citar como exemplo o caso do Brasil. Para o autor, embora o país tenha sofrido influência ibérica, ele próprio contribui para a gestação da modernidade, no qual diversas tradições “misturam-se e conformam uma modernidade plural e diferenciada, mediante reencaixes de múltiplos tipos e conteúdos” (DOMINGUES, 2002:65).

Assim, é a partir da perspectiva de fugir de divisões binárias e explorar uma multiplicidade de possibilidades, que Domingues procura rever a noção de reflexividade.

Para Lash (1997:146), Beck e Giddens deixaram de fazer uma pergunta fundamental para que construíssem uma teoria de maior alcance e capacidade explicativa: “por que, poderíamos perguntar, encontramos a reflexividade em alguns locais e não em outros? Por que em alguns setores econômicos e não em outros?”.

Embora Giddens e Beck caminhem juntos em suas concepções a respeito de modernidade e reflexividade, os autores possuem uma diferença fundamental: “enquanto Beck considera os sistemas especialistas também como obstáculos à obtenção de segurança, Giddens os considera instrumentos que justamente nos ajudam a obter segurança” (Lash, 1997: 143-144).

Lash (1997:146-147) vai adiante nos questionamentos:

*fora da esfera da produção imediata, como é possível uma mãe solteira, que vive em um gueto urbano, ser ‘reflexiva’? Ulrich Beck e Anthony Giddens escreveram com profundidade sobre a autoconstrução das narrativas de vida. Mas, partindo da ‘necessidade’ da ‘estrutura’ e da pobreza estrutural, quanta liberdade esta mãe do gueto possui para autoconstruir sua própria ‘narrativa de vida’?*

Neste sentido, Lash parte da premissa de que a ideia de reflexividade precisa ser revista, no sentido de incorporar questões econômicas e considerar as condições estruturais. Dentro desta mesma ideia, supõe a necessidade de se considerar que há vencedores e perdedores da reflexividade, e o lugar do agente na “estrutura de informação e comunicação” (LASH, 1997: 147). O autor ainda afirma que na modernidade reflexiva, as oportunidades na vida das pessoas vão depender do espaço ocupado no ‘modo de informação’, e isso é decisivo para o resultado dos que serão vencedores ou perdedores da reflexividade. Neste sentido, na modernidade reflexiva,

*as oportunidades são uma questão de acesso, não ao capital produtivo ou às estruturas da produção, mas, em vez disso, do acesso e do lugar nas novas estruturas de informação e comunicação (LASH, 1991: 147).*

Demonstramos, desta forma, que há um leque amplo de críticas à discussão realizada por Giddens acerca da modernidade, que se estende desde àqueles que consideram que esse autor promove uma divisão binária e radical entre vida “tradicional” e “moderna” (ALEXANDER, 1995), o que não corres-

ponderia à realidade, até aqueles que argumentam sobre a influência do legado racionalista sobre as formulações de Giddens (DOMINGUES, 2002) e a falta de uma problematização mais aprofundada do conceito para elucidar que o acesso a informação e possibilidades de concretização da flexibilidade se revelam diferenciadas entre os diferentes estratos da sociedade (LASH, 1997).

### Considerações Finais

Percebemos que Giddens buscou construir uma teoria que levasse em conta a articulação entre ação e estrutura. Neste sentido não se restringiu nem a ênfase nas instituições, nem nas ações individuais. Neste sentido, é feliz a delimitação de sua teoria - da estruturação, ao argumentar a favor da necessidade de rever o papel do indivíduo na sociedade, não o vendo mais como mero apêndice das grandes estruturas.

Leva adiante suas ideias ao considerar que a abrangência da modernidade é muito significativa e atinge uma enormidade de espaços da vida social. Isso envolveria tanto as tradições, numa forma de análise mais ampliada, e a vida cotidiana, numa análise mais singular. Neste cenário, a ideia de *reflexividade* aparece como central, tornando-se, dessa forma, um conceito de extrema relevância para a compreensão do debate contemporâneo.

Desta forma, seria por causa do reconhecimento da importância do conceito, que tantas foram as críticas e sugestões de reelaboração, renovação e incorporação de novos elementos para se tornar mais abrangente e eficaz como instrumento de análise. Podemos assim inferir que, o tamanho da atenção e dedicação intelectual foi proporcional a extrema relevância do mesmo para a compreensão das sociedades contemporâneas.

As críticas recebidas por Giddens, de que sua ideia de *reflexividade* seja racionalista em demasia, requer atenção especial. E neste caso, podemos nos perguntar se Giddens não teve como interesse focar pólos norteadores capazes de sistematizar melhor sua concepção a respeito das transformações das práticas dos atores sociais e instituições na modernidade. Daí também pode advir a ênfase na diferenciação entre tradicional e moderno.

Ademais, ser racionalista não é, necessariamente, ser etnocêntrico ou elitista, pois a racionalização não é apenas benéfica e não ocorre da mesma forma em todos os lugares. São racionalidades específicas, acentuadas pela quebra do isolamento como bem Giddens demonstra. Mas, também não se pode negar a consistências das críticas e problematizações colocadas ao conceito defendido por Giddens.

É importante reforçar que Giddens não argumenta que a *reflexividade* substituiu as tradições, extinguindo-as numa binariedade óbvia, mas que a postura frente às tradições, ainda presentes, foi modificada. Ao afirmar que não vivemos em um mundo tradicional, mas sim em um mundo de tradi-

ções, ele deixa claro como elas passaram a ser elementos articulados numa nova perspectiva.

Outro ponto a ser salientado é que o pensamento de Giddens, apesar de não aprofundar nas possíveis causas econômicas desses fenômenos, reconhece a existência de desigualdades de poder sobre as várias formas de conhecimento, fundamentais para a postura reflexiva por ele descrita. No entanto, essa problematização sobre o caráter desigual das oportunidades - fundamental para a compreensão da realidade contemporânea - não podem obscurecer o fato apontado por Giddens de que a *reflexividade* é um fenômeno em ascensão, que penetra evidentemente nos vários âmbitos da sociedade, mesmo que de forma desigual. Cabe, então, a construção de análises específicas sobre os contornos desse processo em cada contexto, seus potenciais, limites e possíveis formas de intervenção.

Acreditamos que as críticas fazem todo sentido e devem ser levadas em consideração, não necessariamente para desqualificar as ideias centrais de Giddens, mas para fornecer estímulos importantes para uma melhor formulação sobre a *reflexividade* na modernidade, sendo também um convite para pesquisas mais densas e elucidativas sobre o assunto. E que não tenhamos a ingênua noção de que estas novas formulações e pesquisas tragam consenso, haja vista as possibilidades de visões de mundo divergentes nas ciências sociais, que devem rever suas premissas no desenrolar do processo histórico.

Fabrcio Roberto Costa Oliveira - Graduado em Histria pela Universidade Federal de Ouro Preto (2002), mestre em Extensao Rural pela Universidade Federal de Viosa (2005) e doutorando de Cincias Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Entre maro e junho de 2011, realizou estgio sanduiche no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia, na Universidade de Coimbra (CES-FEUC). Os principais temas de pesquisa so: sociologia da religiao, movimentos sociais rurais, histria oral, memria e identidade.

Arnaldo Jos Zangelmi - Graduao em Histria pela Universidade Federal de Ouro Preto (2004) e mestrado em Extensao Rural pela Universidade Federal de Viosa (2007). Atualmente e professor de ensino superior da Universidade do Estado de Minas Gerais e bolsista (doutorado) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientfico e Tecnolgico. Tem experincia nas reas de Sociologia, Antropologia e Histria, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, movimentos sociais e memria.

## Referncias

ALEXANDER, J. C. (1987). O Novo Movimento Teórico. In: **Revista Brasileira de Cincias Sociais**. N. 4, vol. 2, pp. 5-25.

\_\_\_\_\_. (1995). Modern, Anti, Post, and Neo: How Intellectuals Haved Coded, Narrated, and Explained the 'New World of Our Time'. In: ALEXANDER, J. C. **Fin de Siècle Social Theory: Relativism, Reduction, and the Problem of Reason**. London e New York, Verso.

AVRITZER, L. (2000). Entre o Diálogo e a Reflexividade: a modernidade tardia e a mídia. In: AVRITZER, L, DOMINGUES, J. M. **Teoria Social e Modernidade no Brasil**. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

BAUMAN, Z. (1998). **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisao técnica Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

BECK, U., GIDDENS, A., Lash, S. (1997). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo, Editora UNESP.

BELL, D. (1973). O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsao social. São Paulo: Cultrix.

CANCLINI, N. G. (1992). **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e salir de la modernidad**. Buenos Ayres, Editorial Sudamerica.

DaMATA, R. (1987). **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro, Rocco.

DOMINGUES, J. M. (1999). **Criatividade Social, Subjetividade Coletiva e Modernidade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria.

DOMINGUES, José Maurício (2002). Reflexividade, Individualismo e Modernidade. In: Revista Brasileira de Cincias Sociais – Vol. 17, Nº 49, pp. 55-70.

ELIAS, Nbert (2006). Escritos & Ensaio: Estado, processo, opiniao pública. Organizao e apresentao Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort; traduo textos em inglês, Sérgio Benevides; textos em alemão, Antonio Carlos dos Santos; textos em holandês, João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

GIDDENS, Anthony (1991). As conseqüências da modernidade. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP.

GIDDENS, Anthony (1989a). A constituio da sociedade. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo. Martins Fontes.

GIDDENS, Anthony (1989b). Política, Sociologia e Teoria Social – encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: UNESP.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony, Lash, SCOTT (1997). Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP.

GIDDENS, Antony (1996). Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical. São Paulo: UNESP.

GIDDENS, Anthony, PIERSON, Christopher (2000). Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV.

GIDDENS, Anthony (2002). Modernidade e Identidade. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

HARVEY, D. (1992). **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola.

LIPOVETSKY, G. & CHARLES, S. (2004). **Os tempos hipermodernos**. São Paulo, Barcarolla.

LYOTARD, J. F. (1990). **O pós-moderno**. Tradução: Ricardo Correira Barbosa. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio.

MARTINS, C. B. (1992). **O que é sociologia?** São Paulo, Editora Brasiliense.

O'BRIEN, M. (2000). Uma introdução à sociologia de Anthony Giddens. In: **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Tradução:

Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro, Editora FGV.

POLANYI, K. (2000). **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro, Elsevier.

PIERSON, C. (2000). Prefácio. In: GIDDENS, A., PIERSON, C. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro, Editora FGV.

RIFKIN, J. (2001). **A era do acesso – a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia**. São Paulo, Makron Books.

SANTOS, M. S. (2000). Teoria da Memória, Teoria da Modernidade. In: AVRITZER, L., DOMINGUES, J. M. **Teoria Social e Modernidade no Brasil**. Belo Horizonte, UFMG.

### Notas

---

<sup>1</sup>O Novo Trabalhismo é uma corrente política de centro-esquerda inspirada na socialdemocracia. Teve proeminência nessa corrente o ex-primeiro ministro inglês Tony Blair, que contou com as contribuições de Giddens como assessor durante seu governo.

<sup>2</sup> Terceira Via é uma linha de pensamento desenvolvida desde a década de 1990 que, com base na socialdemocracia, busca articular algumas proposições tanto de direita quanto de esquerda.